

## **A CAFEICULTURA E A EXPANSÃO DO CAPITALISMO\***

*Maria Angélica Momeno GARCIA\*\**

**Resumo:** Estudo do desenvolvimento da agricultura cafeeira na região de Ribeirão Preto entre o final do século XIX e início do XX e sua relação com as transformações econômicas e sociais ocorridas no período, como novas relações de trabalho introduzidas nas fazendas de café e a crescente valorização da terra.

**Palavras-chave:** Trabalho; cafeicultura; colonato; imigração.

Desde o início da colonização a produção agrícola brasileira esteve atrelada ao mercado externo através do “pacto colonial”. Mesmo com o fim deste pacto o Brasil continuou, ao longo de sua história, com a sua produção voltada para este mercado e foi neste contexto que a agricultura cafeeira se desenvolveu.

A partir da primeira metade do século XIX, o café, tornou-se o principal produto de exportação do país. Inicialmente cultivado sob o regime de trabalho escravo na porção ocidental da Província do Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, expandiu-se para o interior de São Paulo em direção à região de Campinas. Por volta de 1870, já com as primeiras experiências de utilização do trabalho livre, as plantações de café expandiram-se para a região de Ribeirão Preto, tornando-se por volta de 1890, a maior produtora de café do país, transformando o Estado de São Paulo no maior exportador mundial do produto (FAUSTO, 1977, p.196-197).

Entre os autores que estudaram a questão da terra e do trabalho ligadas à temática da expansão cafeeira, José de Souza Martins procurou aprofundar as relações entre as transformações ocorridas no emprego da força de trabalho e as que se processaram na regulamentação jurídica da propriedade da terra. Em sua obra estas relações entre terra e trabalho surgiram de forma característica na região de Ribeirão Preto, devido a abundância de terras devolutas, ao contrário da região de Campinas, onde não existia o problema da aquisição de terras novas, dado que muitas fazendas de café resultaram da transformação de antigas fazendas de cana-de-açúcar, obtidas por cartas de sesmarias no começo do século XVIII e conservadas no patrimônio das famílias através de herança (MARTINS, 1990, p. 62).

A partir de 1870, com a expansão da agricultura cafeeira intensificou-se o

\* Este artigo baseia-se em parte do primeiro capítulo de GARCIA, M. A. M.: Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto: Trabalho e resistência nas fazendas de café, 1890-1920. Foneca - UNESP, 1997.

\*\* Mestre em História pela FHDSS UNESP. Professora da FCEA - CEP 16015-280 - Araçatuba (SP)

processo de aquisição de novas terras e foi neste momento que ocorreu o estabelecimento das primeiras fazendas de café na região de Ribeirão Preto devido à fertilidade da terra nela existente. Nessas novas fazendas, os proprietários passaram aos poucos a optar pelo trabalho livre com o imigrante europeu, principalmente após a criação, em 1886, da Sociedade Promotora de Imigração que passou a subsidiar as passagens dos imigrantes que se propunham a trabalhar nas fazendas de café.

Neste sentido as considerações de José de Souza Martins na obra *O catifeiro da terra*, tornam-se imprescindíveis para um maior entendimento das contradições transformações ocorridas neste período. Ao traçar um perfil da sociedade brasileira ele argumenta que “a contradição que permeia a emergência do trabalho livre expressa-se na transformação das relações de produção como meio para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil que se definia pela subordinação da produção ao comércio”(1990, p 13).

Por isso é importante delimitar como se deu a valorização, apropriação e exploração da terra e estabelecer as vias tomadas pelo capitalismo em relação ao emprego do trabalho livre. Para tanto, procuramos analisar pontos fundamentais das transformações econômicas e sociais ocorridas no final do século XIX e início do XX, as novas relações de trabalho introduzidas nas fazendas de café e a crescente valorização da terra.

## 1. A terra e sua apropriação

A expansão da economia cafeeira está ligada ao desenvolvimento histórico de reprodução e ampliação do capital através de relações e interações com o capitalismo internacional (SALLES, 1986, p. 34).

Com a economia cafeeira intensifica-se o processo de acumulação primitiva do capital no Brasil, conseguida através do estabelecimento de certas condições como substituição do trabalho escravo pelo livre, mecanização das operações de beneficiamento, construção de estradas de ferro para escoamento da produção, financiamento e comercialização da produção por casas exportadoras e por uma rede bancária.

A medida que o café penetrou no interior do Estado de São Paulo, a estrada de ferro o acompanhou. Em 1868 era organizada a Companhia de Estrada de Ferro Paulista que ligava Jundiaí a Campinas e a partir de sua construção, fazendeiros com propriedades em Limeira e Rio Claro, interessados no comércio e transporte do café, ampliaram esta estrada até o Vale do Mogi-Guaçu. De Campinas saia outra estrada, a Mogiana, cuja fundação data de 1872, tendo como objetivo atender os cafeicultores de Mogi-Mirim e Amparo. Na década de 1880 seus trilhos alcançaram o vale do rio Pardo e atingiu a cidade de Ribeirão Preto em 1883, contribuindo para atrair mais fazendeiros para a região, pois este meio de transporte, aliado às novas técnicas de cultivo e beneficiamento do café, reduzia os custos do produto

(ZAMBONE, 1978, p. 49).

Assim esta ferrovia com sua extensa linha, passou pouco a pouco a adquirir uma série de ramais ligando as fazendas às estações, atendendo assim aos interesses e conveniências dos fazendeiros.

Os ramais, tanto da Paulista como da Mogiana, situavam-se próximos às fazendas pertencentes a pessoas influentes da região, alguns ramais até atravessavam propriedades e contavam com estações no seu interior. A fazenda Boa Vista, de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira ficava distante dois quilômetros da estação do ramal Jatahy da Companhia Mogiana. Próxima à estação Guatapará da Estrada de Ferro Paulista ficava a fazenda Santa Olímpia, de Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira. Já a fazenda Dumont Coffee Co, empresa inglesa, possuía uma linha própria que fazia o serviço de quatro trens de passageiros por semana e um trem de carga por dia. A fazenda Buenópolis de Joaquim da Cunha Bueno ficava próxima à estação do mesmo nome. Duas das fazendas de Arthur Diederichsen distavam quatro quilômetros da estação Cravinhos e outra situava-se perto da estação Sertãozinho (LLOYD, 1913, p. 350-366).

A Companhia Agrícola de Ribeirão Preto, fundada em 1891 por um grupo de proprietários, aos quais juntou-se em 1901 o Conde do Pinhal, era formada por 11 fazendas situadas entre os municípios de Cravinhos e São Simão, compreendendo 7 seções que formavam um conjunto ligado por vias férreas. Situada em Sertãozinho, a fazenda Santa Elisa de Júlio Pedro Pontes era cortada pela Estrada de Ferro Mogiana, ramal de Sertãozinho e, no seu centro localizava-se a estação Júlio Pontes. Em Cravinhos, dentro da fazenda Posse da Figueira, ficava outra estação do ramal da Mogiana, a estação Manoel Amaro. A linha Mogiana atravessava também boa parte da fazenda Porongaba no município de Jardinópolis, distando esta estação cinco quilômetros da sede da fazenda (LLOYD, 1913, p.350-366).

As estradas de ferro foram, portanto, indispensáveis para o transporte do café que, em decorrência de sua expansão cada vez maior para o interior de São Paulo, passava a ser produzido em locais mais distantes do porto de Santos, onde era escoado para o exterior. As ferrovias mostravam-se também importantes para o transporte dos imigrantes que, uma vez desembarcados no porto de Santos, dirigiam-se para a capital e em seguida para as fazendas.

O tipo de capital envolvido no processo de produção nas fazendas de café era o de custeio, procedente inicialmente das casas comissárias e posteriormente dos banqueiros que passaram a ser os financiadores dos comissários. Além disso, através da transferência do encargo da formação do cafezal para o trabalhador, sem que inicialmente lhe fosse dada remuneração alguma, permitindo-se apenas que ele produzisse em pequena parte da terra os seus meios de vida, o fazendeiro conseguia arrecadar com limitados recursos do capital de custeio, o seu capital constante (MARTINS, 1990, p. 77).

Trata-se de uma circunstância histórica que diferencia as condições de ex-

pansão capitalista no Brasil: o regime de colonato adotado nas fazendas de café tornou-se um complexa combinação de formas de produção, pois a relação entre o fazendeiro e o colono envolvia elementos não-capitalistas (a produção direta dos meios de vida entre os cafezais) e elementos capitalistas (a produção de mercadoria para a exportação sob pagamento de salário) (MARTINS, 1990, p. 118-130).

Estabelecia-se, portanto, uma forma específica de organização do trabalho que foi abordada entre outros autores, por José de Souza Martins (1990), Brasílio Sallum Jr. (1982) e José Carlos Barreiro (1986), nos quais este estudo se fundamenta.

José de Souza Martins (1990) partiu da hipótese de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contrariamente necessárias a essa reprodução. Completa a sua hipótese afirmando que tal tipo de produção se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio. Segundo o autor, o ponto nuclear da análise das relações de produção na cafeicultura está na identificação das transformações ocorridas com a renda capitalizada e seu vínculo com as transformações do trabalho, pois essa renda capitalizada passou do escravo para a terra.

Brasílio Sallum Jr.(1982)desenvolveu a interpretação de que a substituição do trabalho escravo pelo livre deu lugar ao estabelecimento de relações capitalistas de produção na cafeicultura, que no auge de sua expansão deu origem a um complexo, denominado por Paula Beiguelman de “complexo cafeeiro”, no qual se inseriam rudimentos de uma cultura de alimentos e de uma indústria tendo como ponto de apoio a força de trabalho e aliada a ela a capacidade de consumo (1977). No interior desse “complexo cafeeiro” o capital era ao mesmo tempo agrário, industrial e mercantil, incluindo atividades de beneficiamento, serviços de transporte (estradas de ferro e porto), atividades comerciais (casa exportadoras) e financeiras (banacos). Porém neste complexo as relações capitalistas de produção coexistiam com formas não-capitalistas de exploração do trabalho.

José Carlos Barreiro (1986) ao centrar o seu interesse de estudo no oeste paulista, no período de 1880 e 1910, desenvolveu a seguinte hipótese: pelo fato de o capital cafeeiro ter sido subordinado ao capital comercial, devem ser consideradas as particularidades do funcionamento da produção na agricultura cafeeira, como por exemplo a preservação da economia de subsistência baseada na posse como forma de apropriação da terra, sobrevivendo à distância das frentes pioneiras. Tal fato se explica pelo interesse da administração estatal e do fazendeiro de café em diminuir em grande parte os custos de desbravamento de novas terras, trabalho que era realizado por posseiros ao confrontarem-se com os índios, abrindo caminhos e desmatando terras. Quando as fazendas atingiam essas posses os pequenos sitiantes eram expulsos sendo compelidos a desbravar locais distantes, onde o café chegaria posteriormente. O Estado, influenciado pelos fazendeiros passou a incentivar também a cria-

ção da pequena propriedade ao lado das grandes fazendas de café, pois o assalariamento do trabalhador camponês nas fazendas no momento da colheita permitia reduzir o contingente de colonos com contratos de trabalho permanente. Assim, muitos trabalhadores eram contratados apenas nos períodos de maior necessidade.

Percebemos, portanto, as circunstâncias históricas em que se desenvolveu o capitalismo na região de expansão do café, devido às formas específicas de relações de trabalho adotadas, o colonato e a pequena propriedade, que atendiam às necessidades de acumulação do capital. Com a expansão da lavoura cafeeira para a região em estudo, iniciou-se a formação de grandes fazendas de café e com o passar do tempo, as propriedades tiveram uma grande elevação de preços, em decorrência da valorização crescente da terra.

Este valor variava segundo a qualidade da terra, os recursos naturais de que ela dispunha, a proximidade de mercados consumidores, benfeitorias, etc.

Ernesta Zambone (1978), ao pesquisar a história do café e sua trajetória, fez um estudo do processo de transformações fundiárias ocorridas na região de Ribeirão Preto. Analisando o processo de concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, ela constatou que a partir de 1870 a agricultura cafeeira começou a se desenvolver nesta região com a chegada dos cafeicultores do Vale do Paraíba, de São Paulo e de Campinas. Coube a eles, nas duas décadas seguintes, o pioneirismo de instalar ali fazendas de exploração de café. A partir da montagem e organização dessas fazendas, as terras passam a ser realmente objeto de compra e venda e a ter um valor comercial muito grande, de acordo com as benfeitorias nelas existentes e com as possibilidades de produção.

## **2. A Legislação sobre apropriação de terras**

Vigorou no Brasil até 1822 o regime de sesmarias, pelo qual a apropriação legítima da terra era uma concessão do poder público aos que mostrassem condições de se comprometer a cultivá-la. Porém, a política de terras no Brasil passou por uma série de controvérsias, pois desde os primórdios da colonização, embora tivesse sido criado um aparelho institucional, a concessão de sesmarias, para organizar a distribuição das terras e sua apropriação, nunca houve uma nítida preocupação por parte da Coroa portuguesa em fiscalizar estas concessões, persistindo os critérios pouco definidos e uma legislação bastante confusa e contraditória (PETRONI, 1975, p.378).

Das relações de propriedade vigentes na Colônia e no Império, aquela que tinha função econômica principal e decisiva era a propriedade de escravos e não a propriedade da terra (GORENDER, 1978). A posse de escravos representava produção, pois os proprietários de terra dependiam fundamentalmente da sua força de trabalho. Além disso, o principal capital do fazendeiro estava investido no escravo que na época era muito mais valorizado que a terra, servindo muitas vezes até como garantia de hipoteca para abertura de financiamentos.

Os problemas relacionados à propriedade privada da terra e sua apropriação adquiriram relevância por volta da segunda década do século XIX, uma vez que a partir de 1822 ficaram proibidas as doações de sesmarias e foi criada em 1850 a Lei de Terras que definia o acesso a propriedade da terra somente pela compra. Apesar da legislação, o procedimento de garantir a posse terra continuou existindo e se acentuou após a lei de 1822. Não é de se admirar que a preocupação com a criação de uma lei sobre apropriação de terra tenha surgido no momento da substituição do trabalho escravo pelo livre nas lavouras de café, mediante promoção da vinda de imigrantes europeus. Era preciso impedir que o imigrante se transformasse em proprietário pela simples posse de terras devolutas, pois se isso ocorresse, ele transformar-se-ia em um concorrente do grande proprietário e sobretudo, privaria os grandes fazendeiros da facilidade de obter trabalhadores.

O acesso à terra foi dificultado para que a imigração surtisse o efeito esperado, uma vez que os imigrantes encontrariam no Brasil vastas áreas de terra que poderiam simplesmente ser ocupadas. Tratava-se pois, de impedir a posse da terra a trabalhadores europeus, direcionando-os para as fazendas de café. Para conseguir terras no Brasil teriam que, em um primeiro momento trabalhar nas grandes fazendas produtoras de café, sendo divulgado que dessa forma acumulariam um pecúlio, com o qual poderiam mais tarde comprar um pedaço de terra.

Com a procura de novas terras para a formação das fazendas de café, surgiu uma “verdadeira indústria de grilagem de terra”(MARTINS, 1990, p. 68-69), que geralmente sucedia as ocupações primárias e dispersas do território, características das frentes de expansão (SALLUM JR.,1982, p. 20), pelo próprio caráter da cultura cafeeira de ampliar para novas áreas ainda inexploradas as lavouras assim que o solo apresentasse esgotamento. Isso indica o fracasso da Lei de Terras, cuja finalidade principal era a regularização da propriedade a partir do levantamento de terras públicas disponíveis. O fracasso ocorreu porque os serviços de demarcação de terras não conseguia cobrir o imenso espaço a delimitar e mapear. Em suma, o estado continuava sem um controle efetivo das terras.

A Constituição de 1891 transferiu para os estados da federação o domínio das terras devolutas. Assim, um novo decreto de regulamentação da propriedade surgiu em 1900, somente para o Estado de São Paulo, mas com a mesma finalidade da Lei de 1850. Embora este instrumento legal não produzisse o efeito desejado, pois o governo continuou sem um controle verdadeiro das terras, o objetivo de impedir o acesso a terra aos imigrantes foi em grande parte cumprido. Excetuando-se os poucos que poderiam vir com algum capital do país de origem ou conseguir algum lote nos núcleos coloniais, a grande maioria, devido à enorme valorização da terra com o plantio de café na região, não tinha possibilidade de comprá-la, mesmo depois de anos de trabalho, ao contrário do que propagavam os agentes do governo ao atraí-los para o Brasil, restando-lhes apenas vender sua força de trabalho.

### **3. A formação das fazendas na região de Ribeirão Preto**

O ponto de partida para a expansão da cultura de café situou-se no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, devido à grande procura pelo produto nos países europeus e Estados Unidos. Penetrando no Vale do Paraíba, em São Paulo, a cultura cafeeira expandiu-se para o interior do Estado, chegando inicialmente à região de Campinas no momento em que os solos começavam a se esgotar no Vale do Paraíba.

Até o início do século XIX, a região em estudo era apenas uma zona de passagem para as terras de exploração de minerais de Goiás e Minas Gerais, porém com a expansão das lavouras, a procura por novas terras se acentuou. As fazendas de café começaram a se formar em Ribeirão Preto por volta da década de 1870, a partir de duas grandes fazendas, Laureano e Lageado. O acesso mais fácil à região com a construção das estradas de ferro Mogiana e Paulista na década de 1880, e a boa qualidade das terras foram atraindo cada vez mais fazendeiros de outros pontos da Província e de Minas Gerais.

A fazenda Laureano, por volta de 1845, constituía uma grande extensão de terra, com mais de 5000 hectares, de propriedade de Vicente J. dos Reis, adquirida provavelmente através de posse, porém em meio século foi bastante dividida por efeito de herança e vendas. Por volta de 1877 houve uma junção de algumas parcelas por João Franco de Moraes Octávio com a formação da fazenda Monte Alegre. Na década de 1880, houve nova divisão por herança e venda, mas logo as propriedades foram reunidas novamente, ao serem compradas por Francisco Schmidt na década de 1890. A fazenda Lageado, com uma enorme área inicial, foi fracionada, e nela montaram-se imensas fazendas de café. Sua área inicial total segundo registro paroquial era de 42 léguas quadradas, correspondendo a 75600 alqueires quando ocorreu a sua divisão. Pertenceu à família Junqueira de 1842 até o final da década de 1870. A partir de 1879 Martinho Prado Junior comprou algumas parcelas da propriedade, outras partes foram compradas a partir de 1880 por Henrique Dumont e o restante da área continuou pertencendo à extensa família Junqueira (ZAMBONE, 1978, p.73-101).

Uma fazenda de café requeria terreiros para secagem do produto, máquinas de beneficiamento, cocheiras, animais para o transporte do café até a estação ferroviária mais próxima e casas para os trabalhadores, que no geral eram construídas em um conjunto, denominado de colônia. Com a aquisição da propriedade o fazendeiro plantava o cafezal, porém só iria obter rendimento provavelmente seis anos após o plantio, pois o tempo decorrido entre este e a primeira colheita era em média de quatro anos, esta colheita era pequena (10 a 30 arrobas por mil pés de café, sendo o normal de 80 a 100 arrobas), só sendo atingida uma boa produção por volta do sexto ano (SALLUM JR., 1982, p.26-27). Portanto, decorridos seis anos, o fazendeiro conseguia valores suficientes para cobrir os custos de produção (despe-

sas com terreiro, casas dos trabalhadores, pagamento final a eles pela formação do cafezal, etc) e ter lucro com o empreendimento.

A lavoura de café em expansão geralmente operava com dois tipos de trabalhador, o imigrante e o nacional. Este último exercia na maioria das vezes atividades provisórias, restando-lhes no período escravista os trabalhos não realizados pelos escravos. Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974) analisou a vida do homem pobre e livre no século XIX, dentro do sistema escravista e monocultor. Seu trabalho refere-se à velha civilização do café que no século XIX floresceu no Rio de Janeiro, na região do Vale do Paraíba; a autora afirma ter sido na fímbria do sistema econômico organizado para a produção e comercialização do café que emergiram as atividades relegadas aos trabalhadores livres nacionais. Foram esses serviços residuais, que na maior parte não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio, que ofereceram a oportunidade a estes trabalhadores, representados por vendeiros, tropeiros, pequenos proprietários que se dedicaram às culturas de subsistência, agregados e camaradas.

No final do século XIX esses trabalhadores, com a abolição, foram intensamente solicitados nas velhas áreas do Vale do Paraíba. Nas novas áreas de cultivo do Estado de São Paulo, os trabalhadores nacionais empregavam-se em grande escala nos serviços de derrubada de matas para formação do cafezal, pois este trabalho era considerado arriscado e dele o imigrante deveria ser poupadão. Uma parcela pequena empregava-se junto ao imigrante nos serviços da fazenda, mas o elemento nacional em geral especializava-se como camarada, sendo o colonato reservado à família imigrante (BEIGUELMAN, 1977, p.105-108).

A modalidade mais freqüente de formação do cafezal, em uma nova fazenda ou ampliação de uma antiga, sob o regime de colonato, consistia em atribuir-se ao imigrante a responsabilidade para a formação e trato de um determinado número de pés de café, com direito à colheita dos primeiros frutos, geralmente no quarto ano após o plantio. Os colonos podiam também plantar feijão, milho, às vezes arroz e algodão nas ruas entre os pés de café, e na entrega do cafezal ao fazendeiro, recebiam uma quantia em dinheiro pelo dispêndio monetário com a plantação (MARTINS, 1990, p.72-73).

A relação que o fazendeiro mantinha com o colono era a mesma que mantinha com o comissário de café: uma relação de crédito e débito. Assim, o colono envolvia-se em uma complexa relação com o fazendeiro e a partir de relações não-capitalistas de produção (o colono produzindo diretamente os seus meios de vida com produtos necessários à sua sobrevivência), a fazenda passava a produzir grande parcela de seu próprio capital, pelo fato de o fazendeiro durante a formação do cafezal não ter quase nenhum gasto e a reprodução do capital se dar na incorporação de novas terras para a produção de café. Ou seja, o colono produzia diretamente o que consumia para, por outro lado, poder produzir café, que se transformava em mercadoria do fazendeiro. Portanto, o fazendeiro obtinha os seus rendimentos atra-

avés das relações não-capitalistas de produção.

A propriedade como bem coloca José de Souza Martins (1990), tornava-se assim, o fundamento da desigualdade econômica, entre o fazendeiro e o colono, pois somente no final do ano agrícola, após cuidar do cafezal e realizar a colheita, o colono avaliava em que medida a produção de subsistência fora suficiente para cobrir suas necessidades, podendo avaliar também o nível de exploração a que se tinha submetido através do contrato com o fazendeiro e julgava em que medida era justo o preço fixado pelo trato do cafezal e pela arroba de café colhido. Muitas vezes o pagamento era feito com atraso, existindo vários casos em que o pagamento fora efetuado depois de três, quatro e mesmo sete meses (KUHLMANN, 1901, p. 11).

Por volta de 1890, as fazendas da região de Ribeirão Preto eram organizações grandes, bem montadas e empregavam grande número de colonos para o trabalho. Entre 1890 e 1920, a região apresentava a área de maior cultivo do produto de todo o país, sendo os fazendeiros da região que tinham formado suas fazendas entre 1870 e 1890, os maiores produtores. As grandes extensões de terra pertenciam a poucos proprietários, garantindo a concentração também de trabalhadores, proporcionada pela intensa imigração européia e pelo deslocamento de trabalhadores nacionais, após a abolição, de outros pontos do Estado de São Paulo e de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.

O sistema de colonato, principal relação de trabalho introduzida nas fazendas de café, assegurava o melhor aproveitamento dos trabalhadores, pois integrava ao trabalho famílias inteiras. Até os pequenos proprietários, que em um primeiro momento representavam um obstáculo à expansão das grandes lavouras, com o seu desenvolvimento, tornaram-se importantes na abertura de frentes pioneiras e também por completarem a manutenção desse sistema abastecendo as fazendas e núcleos urbano próximos, com os produtos por eles cultivados, além de servirem de braços de reserva para o período da colheita do café, quando eram contratados temporariamente pelos grandes fazendeiros.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. The coffee plantations and the expansion of capitalism. *Economia & Pesquisa*, Araçatuba, v.1, n.1, p. 7-16, mar. 1999.

**Abstract:** The study on the development of coffee-tree agriculture in the region of Ribeirão Preto between the late 19<sup>th</sup> century and the beginning of the 20<sup>th</sup> and its relationship with the economic and social transformations occurred in the period, as new labor relationship introduced in the coffee plantations and increasing valorization of land.

**Keywords:** Work; coffee plantation; colonist; immigration.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARREIRO, J.C. **Campesinato e capitalismo.** Campinas: Unicamp, 1986.
- BEIGUELMAN, P. **A formação do povo no complexo cafeeiro:** aspectos políticos. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1977.
- FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, B.(org.). **O Brasil republicano.** 2.ed. São Paulo: Difel, 1977.
- FRANCO, M.S. C. **Homens livres na ordem escravocrata.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1974
- GORENDER, J. **O escravismo colonial.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1978.
- KUHLMANN, A. Imigração. **Revista Agrícola**, São Paulo, n.69, 1901.
- LLOYD, R. et al. **Impressão do Brasil no século vinte.** Londres: Loyd's, 1913.
- MARTINS, J. S. **O cativeiro da terra.** 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- PETRONE, M. T. S. Terras devolutas, posses e sesmarias no Vale do Paraíba paulista em 1854. **Revista de História**, São Paulo, n.103, jul./set. 1975.
- SALLES, I.G. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada:** o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889). São Paulo: Hucitec/INL, 1986.
- SALLUM JÚNIOR, B. **Capitalismo e cafeicultura:** 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- ZAMBONE, E. **Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874-1900):** uma contribuição ao estudo da estrutura agrária. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas /USP.